

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou Lucro Líquido do Exercício de R\$ 131.740 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 1.678.091 mil e Ativos Totais de R\$ 1.704.276 mil. A Assembleia Geral deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do

capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco/SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2016	2015		2016	2015
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	876.600	1.345.742	CIRCULANTE	26.185	46.652
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	409	8.001	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 15)	22.664	44.093
Ativos Financeiros Disponível para Venda (Notas 6 e 14a)	869.968	1.289.372	Dividendos a Pagar (Notas 9c e 14a)	1.252	1.116
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15e)	120	42.174	Proventos	1.300	1.372
Créditos Tributários (Nota 15c)	5.404	5.452	Outras Obrigações (Nota 16)	969	71
Outros	689	743			
NÃO CIRCULANTE	827.676	250.394			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	827.676	250.394	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.678.091	1.549.484
Ativos Financeiros Disponível para Venda (Notas 6 e 14a)	700.561	-	Capital Social:		
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 6 e 14a)	114.983	-	- De Domiciliados no País (Nota 9a)	1.028.459	1.028.459
Empréstimos e Recebíveis (Nota 7a)	241.488	481.102	Reserva de Lucros (Nota 9b)	651.514	521.025
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7a)	(241.488)	(241.934)	Ajuste de Valor de Mercado	(1.882)	-
Depósitos Judiciais	-	75			
Créditos Tributários (Nota 15c)	12.032	11.151			
TOTAL	1.704.276	1.596.136	TOTAL	1.704.276	1.596.136

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
RECEITAS OPERACIONAIS	4.772	7.809
Juros sobre Créditos Recebíveis (Nota 7b)	4.326	7.533
Reversão de Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7b)	446	276
DESPESAS OPERACIONAIS	27.125	21.744
Perdas de Créditos Recebíveis (Nota 7b)	176	106
Despesas Tributárias (Nota 11)	10.541	9.285
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 12)	2.487	2.491
Despesas de Pessoal (Nota 13)	13.921	9.844
Outras Despesas Operacionais Líquidas	18	18
RESULTADO FINANCEIRO	221.882	191.773
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 10)	221.882	191.773
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	199.529	177.838
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15a)	(67.789)	(60.416)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	131.740	117.422
Número de ações	430.311.119	430.311.119
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$	306,15	272,88

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Companhia") é uma Companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil. A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 1º de fevereiro de 2017.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, o aprensamento risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: para negociação, disponíveis para venda, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros para negociação

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo no resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Empréstimos e recebíveis

Os créditos recebíveis, oriundos de operações de securitização, são inicialmente registrados ao seu custo de aquisição, sendo mantidos sem qualquer atualização. Por ocasião do recebimento de qualquer parcela dos créditos adquiridos, esta é deduzida do custo de aquisição até o limite do mesmo, e o eventual valor excedente é reconhecido como resultado de créditos recebíveis na conta "Reservas de Créditos Recebíveis".

c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, que não são classificados para negociação, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

2.5) Provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo e leva em consideração as avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito. A composição das contas patrimoniais da provisão estão apresentadas na Nota 7a.

2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimentos financeiros são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

• Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabiam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

• Provisões são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;

• Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais decorre de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.9) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.10) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

a) Rendas de Créditos recebíveis

As receitas de créditos recebíveis são reconhecidas no resultado pelos recebimentos de valores de operações de créditos recebíveis oriundas de Instituições Financeiras.

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos de investimentos financeiros.

2.11) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão reconhecidos quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

• Despesas com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, as origens dos créditos tributários, bem como dos valores dos créditos tributários não ativamente, estão apresentadas na Nota 16.

2.12) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata die*).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, atenção e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações pelo nível de hierarquia:

Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos, como propriedade de investimentos, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional (1)	211	11
Fundos de investimentos financeiros (2)	198	7.990
Total de caixa e equivalentes de caixa	409	8.001

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Refere-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, (composto por Letras Financeiras do Tesouro e Operações Compromissadas), excluídos a integrantes da Organização Bradesco ou companhias a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEL PARA VENDA

	De 191 a 360 dias		Acima de 360 dias		Valor contábil (1)		Valor de mercado (2)		Marcação a mercado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Letras financeiras (1)	869.754	703.727	1.573.481	1.570.629	(2.852)					
Total em 2016	869.754	703.727	1.573.481	1.570.629	(2.852)					
Total em 2015	1.289.372	703.727	1.289.372	1.570.629	(5.211)					

(1) Refere-se as Letras Financeiras emitidas pelo Banco Bradesco S.A., as taxas de 105,25% e 102,75 do CDI, com vencimentos em 14.12.2017 e 20.12.2018, que estão classificadas como Nível 2; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

7) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

a) Composição dos empréstimos e recebíveis

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Aplicações em operações compromissadas (1)	-	239.168
Créditos e recebíveis (2)	241.488	241.934
Provisão para perda do valor recuperável (2)	(241.488)	(241.934)
Total	-	239.168

(1) Refere-se ao resgate total das Operações Compromissadas Lastreadas em Debêntures, emitidas pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, a taxa de 100% do CDI com vencimento em 14.12.2017, resgatadas antecipadamente em 20.12.2016 e

(2) A carteira de créditos e recebíveis é composta por créditos vencidos há mais de 360 dias, as perspectivas de realização são remotas e foram efetuadas as provisões consideradas suficientes para fazer face as perdas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31.12.2014	1.028.459	53.557	351.162	-	-	1.433.178
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	117.422	117.422
Destinações - Reservas:	-	5.871	110.435	-	(116.306)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 2,59 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(1.116)	(1.116)
Saldos em 31.12.2015	1.028.459	59.428	461.597	-	-	1.549.484
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(1.882)	-	(1.882)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	131.740	131.740
Destinações - Reservas:	-	6.587	123.902	-	(130.489)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 2,91 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(1.251)	(1.251)
Saldos em 31.12.2016	1.028.459	66.015	585.499	(1.882)	-	1.678.091

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	199.529	177.838
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(312)	86
Reversão de Créditos de Liquidação Duvidosa	(446)	(276)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	(114.983)	256
Perdas de Créditos Recebíveis	176	106
Lucro Líquido Ajustado	199.217	177.924
Aumento em Ativos Financeiros Disponível para Venda	(284.109)	(313.334)
Aumento em Ativos Financeiros para Negociação	239.438	199.743
Aumento/(Redução) em Empréstimos e Recebíveis	42.336	(27.750)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	942	2.643
(Aumento)/Redução em Outras Contribuições Sociais/Compensadas	(89.317)	(52.774)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas		

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	2016	Em 31 de dezembro 2015
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(67.652)	(60.790)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	(137)	374
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(67.789)	(60.416)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2015		Em 31 de dezembro 2015	
	Constituição	Realização	2015	2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	16.112	-	152	15.960
Outras provisões.....	491	467	452	506
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	16.603	467	604	16.466
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda.....	-	970	-	970
Total dos créditos tributários.....	16.603	1.437	604	17.436

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2017.....	3.973	1.431	5.404
2018.....	4.748	1.710	6.458
2019.....	4.037	1.453	5.490
2020.....	62	22	84
Total.....	12.820	4.616	17.436

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 15.718 (2015 - R\$ 15.684), de diferenças temporárias.

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar referem-se, basicamente, ao imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 120 (2015 - R\$ 42.174).

f) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 22.664 (2015 - R\$ 44.093) referem-se, ao PIS no montante de R\$ 132 (2015 - R\$ 124), Cofins no montante de R\$ 811 (2015 - R\$ 762), Imposto de Renda Pessoa Jurídica no montante de R\$ 21.284 (2015 - R\$ 42.479) e da Contribuição Social (2015 - R\$ 349), INSS no montante de R\$ 363 (2015 - R\$ 356), IRRF/PIS/Cofins/CSLL a recolher sobre serviços prestados no montante de R\$ 74 (R\$ 23).

16) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2016	Em 31 de dezembro 2015
Outras obrigações a pagar.....	895	-
Editais e Publicações.....	74	71
Total.....	969	71

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.
b) Não há eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como, as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pela demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 27 de abril de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

CASA DAS CALDEIRAS

Tudo o que acontece de mais importante no mercado financeiro, a uma tecla de distância!

Repórter especial do Valor, antecipa informações sobre macroeconomia, finanças e mercados.

Angela Bittencourt

Acesse: valor.com.br/valor-investe/casa-das-caldeiras

Valor Econômico
Valor
Notícias que geram negócios

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou Lucro Líquido do Exercício de R\$ 131.740 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 1.678.091 mil e Ativos Totais de R\$ 1.704.276 mil. A Assembleia Geral deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida

para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco/SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	2016	2015	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	2015
CIRCULANTE	876.600	1.345.742	CIRCULANTE	26.185	46.652
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	409	8.001	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 15f)	22.664	44.093
Ativos Financeiros Disponível para Venda (Notas 6 e 14a)	869.968	1.289.372	Dividendos a Pagar (Notas 9c e 14a)	1.252	1.116
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15e)	120	42.174	Proventos	1.300	1.372
Outros	699	743	Outras Obrigações (Nota 16)	969	71
Créditos Tributários (Nota 15c)	5.404	5.452			
NÃO CIRCULANTE	827.676	250.394	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.678.091	1.549.484
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	827.676	250.394	Capital Social:		
Ativos Financeiros Disponível para Venda (Notas 6 e 14a)	700.661	-	- De Domiciliados no País (Nota 9a)	1.028.459	1.028.459
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 8 e 14a)	114.983	-	Reserva de Lucros (Nota 9b)	651.514	521.025
Empréstimos e Recebíveis (Nota 7a)	241.488	481.102	Ajuste de Valor de Mercado	(1.882)	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7a)	(241.488)	(241.934)			
Depósitos Judiciais	-	75			
Créditos Tributários (Nota 15c)	12.032	11.151			
TOTAL	1.704.276	1.596.136	TOTAL	1.704.276	1.596.136

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
RECEITAS OPERACIONAIS	4.772	7.809
Juros sobre Créditos Recebíveis (Nota 7b)	4.326	7.533
Reversão de Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7b)	446	276
DESPESAS OPERACIONAIS	27.125	21.744
Perdas de Créditos Recebíveis (Nota 7b)	176	106
Despesas Tributárias (Nota 11)	10.541	9.285
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 12)	2.487	2.491
Despesas de Pessoal (Nota 13)	13.921	9.844
Outras Despesas Operacionais Líquidas	-	18
RESULTADO FINANCEIRO	221.882	191.773
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 10)	221.882	191.773
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	199.529	177.838
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15a)	(67.789)	(60.416)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	131.740	117.422
Número de ações	430.311.119	430.311.119
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$	306,15	272,88

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Companhia") é uma Companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil. A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 1º de fevereiro de 2017.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: para negociação, disponíveis para venda, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros para negociação

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo no resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Empréstimos e recebíveis

Os créditos recebíveis, oriundos de operações de securitização, são inicialmente registrados ao seu custo de aquisição, sendo mantidos sem qualquer atualização. Por ocasião do recebimento de qualquer parcela dos créditos adquiridos, esta é deduzida do custo de aquisição até o limite do mesmo; e o eventual valor excedente é reconhecido como resultado de créditos recebíveis na conta "Rendas de Créditos Recebíveis".

c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, que não são classificados para negociação, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

2.5) Provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos como resultado de um ou mais eventos que ocorreram antes do reconhecimento inicial do ativo e leva em consideração as avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito. A composição das contas patrimoniais da provisão está apresentada na Nota 7a.

2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. As aplicações em fundos de investimentos financeiros são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho ou praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.9) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.10) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

a) Rendas de créditos recebíveis

As rendas de créditos recebíveis são reconhecidas no resultado pelos recebimentos de valores de operações de créditos recebíveis oriundas de Instituições Financeiras.

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas de juros sobre fundos de investimentos financeiros.

2.11) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, as origens dos créditos tributários, bem como dos valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentadas na Nota 16.

2.12) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital			Reservas de Lucros			Ajuste de Avaliação Patrimonial	
	Social	Legal	Estatutária	Própria	Acumulados	Lucros	Totais	
Saldos em 31.12.2014	1.028.459	53.557	351.162	-	-	-	1.433.178	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	117.422	-	117.422	
Destinações - Reservas	-	5.871	110.435	-	(116.306)	-	-	
- Dividendos Propostos (R\$ 2,59 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(1.116)	(1.116)	-	
Saldos em 31.12.2015	1.028.459	59.428	461.597	-	-	-	1.549.484	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(1.882)	-	-	(1.882)	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	131.740	-	131.740	
Destinações - Reservas	-	6.587	123.902	-	(130.489)	-	-	
- Dividendos Propostos (R\$ 2,91 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(1.251)	(1.251)	-	
Saldos em 31.12.2016	1.028.459	66.015	585.499	(1.882)	-	-	1.678.091	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	199.529	177.838
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(312)	86
Reversão de Créditos de Liquidação Duvidosa	(446)	(276)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	(42)	256
Perdas de Créditos Recebíveis	176	106
Lucro Líquido Ajustado	199.217	177.924
Aumento em Ativos Financeiros Disponível para Venda	(284.109)	(313.334)
Aumento em Ativos Financeiros para Negociação	(114.983)	-
Aumento/(Redução) em Empréstimos e Recebíveis	239.438	199.743
Aumento/(Redução) em Outros Ativos	42.336	(27.750)
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações	942	2.643
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos/Compensados	(89.317)	(52.774)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(6.476)	(13.548)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(1.116)	(943)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(1.116)	(943)
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(7.592)	(14.491)
Início do Exercício	8.001	22.492
Fim do Exercício	409	8.001
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(7.592)	(14.491)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Lucro Líquido do Exercício	131.740	117.422
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.882)	-
Total do Resultado Abrangente	129.858	117.422

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações pelo nível de hierarquia:

Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais. Determinados ativos, como propriedade de investimentos, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (impairment). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional (1)	211	11
Fundos de investimentos financeiros (2)	198	7.990
Total de caixa e equivalentes de caixa	409	8.001

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Refere-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, (composto por Letras Financeiras do Tesouro e Operações Compromissadas), exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou companhias a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEL PARA VENDA

Títulos	De 181 a 360 dias		Acima de 360 dias		2016	
	Valor contábil (1)	Valor de mercado (2)	Valor contábil (1)	Valor de mercado (2)	Valor contábil (1)	Valor de mercado (2)
Letras financeiras (1)	869.754	703.727	1.573.481	1.570.629	(2.852)	(2.852)
Total em 2016	869.754	703.727	1.573.481	1.570.629	(2.852)	(2.852)
Total em 2015	1.289.372	-	1.289.372	-	(5.213)	(5.213)

(1) Referem-se as Letras Financeiras emitidas pelo Banco Bradesco S.A., as taxas de 105,25% e 102,75 do CDI, com vencimentos em 14.12.2017 e 20.12.2018, que estão classificadas como Nível 2; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

7) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

a) Composição dos empréstimos e recebíveis

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Aplicações em operações compromissadas (1)	-	239.168
Créditos e recebíveis (2)	241.488	241.934
Provisão para perda do valor recuperável (2)	(241.488)	(241.934)
Total	-	239.168

(1) Referem-se ao resgate total das Operações Compromissadas Lastreadas em Debêntures, emitidas pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, a taxa de 100% do CDI com vencimento em 14.12.2017, resgatadas antecipadamente em 20.12.2016; e

(2) A carteira de créditos e recebíveis é composta por créditos vencidos há mais de 360 dias, as perspectivas de realização são remotas e foram efetuadas as provisões consideradas suficientes para fazer face as perdas.

b) Resultado de créditos recebíveis

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Juros sobre créditos recebíveis	4.326	7.533
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	446	276
Perdas de créditos recebíveis	(176)	(106)
Total	4.596	7.703

continua...

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

CEITA HOLDINGS S.A.	6
COMPANHIA SECURIT. DE CRÉDITOS FINANCEIROS RUBI	2
KIRTON PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LDA</	

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

8) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Títulos	Em 31 de dezembro				Exercício findo em 31 de dezembro			
	2016				Controladores (1)		Coligadas e controladas	
	Acima de 360 dias	Valor contábil (1)	Valor de Mercado	Marcação a mercado	2016	2015	2016	2015
Certificado de Depósito Bancários - CDB (1)	114.983	114.983	-	-	190.420	136.178	-	-
Total em 2016	114.983	114.983	-	-	30.403	54.444	-	-
Total em 2015	-	-	-	-	456	-	-	-

(1) Refere-se a Certificado de Depósito Bancário, emitidas pelo Banco Bradesco S.A., à taxa de 98% do CDI, com vencimento em 11.12.2018.

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 430.311.119 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

Reservas de lucros	Em 31 de dezembro			
	2016			
	2016	2015		
- Reserva legal (1)	651.514	521.025		
- Reserva estatutária (2)	66.015	59.428		
	585.499	461.597		

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

Os cálculos dos dividendos, relativos aos exercícios de 2016 e 2015, estão demonstrados a seguir:

Lucro líquido do exercício	Em 31 de dezembro			
	2016			
	2016	% (1)	2015	% (1)
Reserva legal	131.740		117.422	
Base de cálculo	(6.587)		(5.871)	
Dividendos propostos	125.153	1,0	115.551	1,0

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo.

10) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Em 31 de dezembro			
	2016			
	2016	2015		
Rendimento de aplicações em LF	190.420	136.178		
Rendimento de aplicações em operações compromissadas	30.403	54.444		
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	561	1.407		
Rendimento de aplicações em CDB	456	-		
Juros Selic sobre CSSL a compensar	22	81		
Variação monetária sobre depósito	20	-		
Juros Selic sobre IRPJ a pagar	-	(337)		
Total	221.882	191.773		

11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro			
	2016			
	2016	2015		
Cofins	9.048	7.995		
PIS	1.470	1.288		
Impostos e taxas	23	1		
Total	10.541	9.285		

12) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro			
	2016			
	2016	2015		
Doações e patrocínios	1.973	1.906		
Serviços prestados por terceiros	277	410		
Custas judiciais e ações cíveis	142	86		
Editais e publicações	77	77		
Outras	18	12		
Total	2.487	2.491		

13) DESPESAS DE PESSOAL

	Em 31 de dezembro			
	2016			
	2016	2015		
Plano de previdência privada	4.363	4.047		
Remuneração por desempenho	4.022	2.632		
Honorários da diretoria	3.780	2.100		
INSS	1.756	1.065		
Total	13.921	9.844		

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

Ativos	Em 31 de dezembro			
	Controladores (1)		Coligadas e controladas (2)	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	211	11	-	-
Ativos Financeiros disponível para venda	1.570.629	1.289.372	-	-
Empréstimos recebíveis	-	239.168	-	-
Ativos financeiros para negociação	114.983	-	-	-
Passivos				
Dividendos a pagar	-	-	1.252	1.116

(1) Banco Bradesco S.A.; e
(2) Banco Boavista Interatlântico S.A. e Serel Participações em Imóveis S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2016, foi determinado o valor máximo de R\$ 8.100 (2015 - R\$ 5.500) para remuneração dos Administradores e de R\$ 4.600 (2015 - R\$ 5.500) para custear os planos de previdência complementar de contribuição definida.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro			
	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	199.529	177.838	-	-
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(67.840)	(60.465)		
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Despesas e provisões inadmissíveis de receitas não tributáveis	(1.851)	(1.881)		
Outros	1.902	1.930		
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(67.789)	(60.416)		

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro			
	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Impostos correntes:				
Imposto de renda e contribuição social devidos	(67.652)	(60.790)		
Impostos diferidos:				
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	(137)	374		
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(67.789)	(60.416)		

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.112	-	152	15.960
Outras provisões	491	467	452	506
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	16.603	467	604	16.466
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	-	970	-	970
Total dos créditos tributários	16.603	1.437	604	17.436

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro			
	Diferenças temporárias		Contribuição social	
	2016	2015	2016	2015
2017	3.973	1.431	5.404	
2018	4.748	1.710	5.488	
2019	4.037	1.453	5.490	
2020	62	22	1.054	
Total	12.820	4.616	17.436	

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 15.718 (2015 - R\$ 15.684), de diferenças temporárias.

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar referem-se, basicamente, ao imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 120 (2015 - R\$ 42.174).

f) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 22.664 (2015 - R\$ 44.093) referem-se, ao PIS no montante de R\$ 132 (2015 - R\$ 124), Cofins no montante de R\$ 811 (2015 - R\$ 762), Imposto de Renda Pessoa Jurídica no montante de R\$ 21.284 (2015 - R\$ 42.479) e da Contribuição Social (2015 - R\$ 349), INSS no montante de R\$ 363 (2015 - R\$ 356), IRRF/PIS/Cofins/CSLL a recolher sobre serviços prestados no montante de R\$ 74 (R\$ 23).

16) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro			
	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Outras obrigações a pagar	-	895	-	-
Editais e Publicações	-	74	-	71
Total	-	969	-	71

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.
- b) Não há eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como, as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Availamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Availamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 27 de abril de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2



Certificação Digital Imprensa Oficial

Segurança e agilidade na administração da sua empresa.

- Substituição dos documentos em papel pelo equivalente eletrônico conservando sua validade jurídica
- Assinatura digital de documentos
- Transações eletrônicas seguras
- Adequação às exigências da Receita Federal
- Emissão de procurações eletrônicas de qualquer lugar do mundo

www.imprensaoficial.com.br

certificação digital

SAC 0800 01234 01

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 127 • Número 79
São Paulo, sexta-feira, 28 de abril de 2017

Página 9

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO